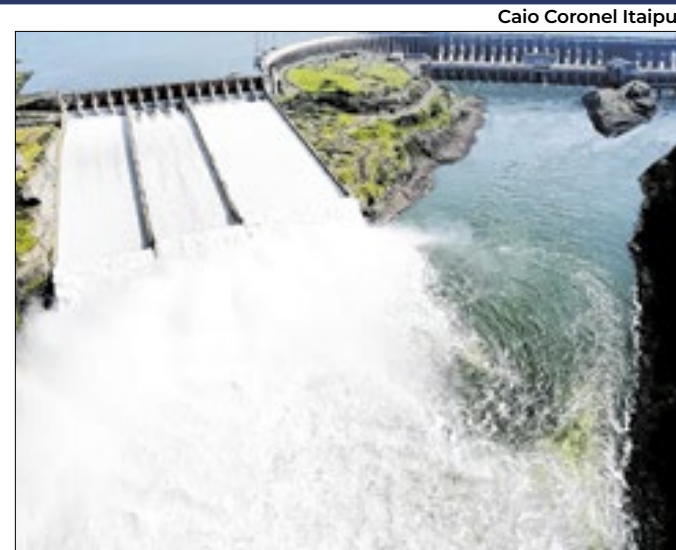


CORREIO ECONÔMICO



Caio Coronel Itaipu

Forte estiagem reduz em 20% produção gerada por Itaipu

A forte estiagem que assolou o país no recém-fimido 2024 atingiu em cheio a capacidade de geração de energia da usina binacional de Itaipu, que apresentou recuo de 20% no período (67 milhões de megawatts-hora (MWh), ante 2023 (83 milhões de megawatts-hora (MWh), conforme comunicado da companhia. A queda foi tão acentuada que a geração do ano

passado só foi maior que a de 2021 (66 milhões de MWh), a segunda menor, desde 2016, por conta da falta de chuvas, tanto na bacia hidrográfica brasileira, quanto paraguaia. Segundo nota da usina, o maior montante de produção de energia do ano foi verificado em dezembro, quando houve mais disponibilidade hídrica, com destaque para o pico do dia 18 (298 mil MWh).

Reservas 'tombam'

Maior queda mensal da série histórica do Banco Central (BC), as reservas internacionais do país 'encolheram' 8,46% em dezembro, ante novembro, US\$ 363,003 bilhões para US\$ 332,306 bilhões (em termos nominais), menor patamar, desde fevereiro de 2023.

BC 'queima'

Entre os fatores desse 'tombos', figura a venda de US\$ 21,575 bilhões pelo BC, em leilões à vista, no mês passado, como tentativa para 'estancar' a saída de dólares do mercado tupiniquim. Tal 'injeção' de recursos representa de 6% das reservas cambiais brasileiras.



Reprodução site privacidade.org

'Leão' amplia monitoramento de usuário de cartões

Receita amplia exigências para operadoras de cartões

A regra que passou a vigorar, desde quarta-feira (1º), a Receita Federal determinou que as operadoras de cartões de crédito e instituições de pagamento que movimentam recursos financeiros prestem informações, a cada semestre, à Receita Federal, a respeito das sobre operações financeiras de contribuintes. Segundo

o órgão, a iniciativa visa 'melhorar' o controle e a fiscalização das operações financeiras, pela 'maior coleta de dados'. Em nota, o 'Leão' assinala que "as medidas reforçam os compromissos internacionais do Brasil, visando combater a evasão fiscal e promover a transparência nas operações financeiras globais".

Controle total

Pela e-Financeira, as instituições enviarão dados sobre cadastro, abertura, fechamento, operações financeiras e previdência privada, além dos 'anteriores' saldos em conta corrente, movimentações de resgate e investimentos, rendimentos de aplicações e poupanças.

Moeda eletrônica

A Receita estende a lista a informações relativas às contas pós-pagas e contas em moeda eletrônica por operadoras de cartões de crédito e instituições de pagamento, sem contar aquelas de plataformas e aplicativos de pagamentos; bancos virtuais e grandes varejistas.

Diesel em baixa

Pelo menos para a Petrobras, o abandono do PPI (Preço de Paridade Internacional) 'funcionou'. Segundo estudo do Dieese e a FUP, o diesel da estatal fechou 2024 com preço 21,6% abaixo do indexador internacional (R\$ 3,549 por litro), ante dezembro de 2022 (R\$ 4,528).

Avaliação

As instituições avaliam que "a Petrobras foi a empresa que mais reduziu preço, sem prejuízo de suas margens de lucro e rentabilidade. Na mesma comparação (dois anos) a baixa de preço no diesel Acelen foi de 13,1%, a R\$ 3,7024 o litro em 31 de dezembro último".

Despesa federal 'impõe' tarifa extra de energia de R\$ 300 bi

Segundo consultoria PSR, conta deverá paga por décadas a fio

Por Marcello Sigwalt

A volúpia do Planalto em 'fazer caixa' para atender compromissos eleitorais em 2024, por meio da elevação de despesas no setor de energia, produziu uma conta tarifária adicional de R\$ 300 bilhões nas contas de luz, a ser custeada pelo contribuinte, não somente este ano, mas por décadas a fio. A cifra 'colossal' faz parte das projeções feitas pela consultoria global da área de energia PSR, em parceria com a Frente Nacional de Consumidores de Energia.

Ao comentar a perspectiva assustadora para o assalariado-eleitor, o presidente da Frente, Luiz Eduardo Barata conta: "A gente passou o ano tentando deter os aumentos se, de um lado, conseguíamos tirar de um projeto de lei, de outro, aparecia numa medida provisória". Como justificativa tecnocrática para o 'assalto a mão armada tarifário', o Ministério de Minas e Energia argumenta que 'atua para garantir segurança energética para o país' (de quem?).



Reprodução site noticiasdeararas

Conta do descalabro perdulário federal será paga 'pelos netos' dos consumidores

O 'tranco' nas contas já começará a ser percebido pelo usuário, já neste ano, correspondente a uma alta média real de 5% (acima do indicador oficial de inflação, o IPCA) nas tarifas. Segundo o economista do Ibre-FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), Andre Braz "o IPCA deve fe-

char em quase 5%, então o reajuste médio da tarifa vai ficar na casa de 10% no ano. Se for tão ruim assim, a gente já larga o ano com um impacto de 0,4 ponto percentual na inflação, que vai sendo captado ao longo de 2025 pelo reajuste contratual de cada empresa".

Como se não bastasse tal 'pacote de maldades' palaciano,

conspira contra a renda doméstica dos barnabés nacionais o projeto de lei das eólicas em alto mar (PL das offshores), aprovado pelo Senado com uma série de 'jabutis' (fora da ideia central da proposta), a exemplo de subsídios ao carvão, uma nova conta anual de R\$ 21 bilhões até 2050, totalizando R\$ 241 bilhões, em valor presente.

Subsídios somam R\$ 621 bi até 2050

A Frente Nacional dos Consumidores de Energia (FNCE) estima que até 2050 a tarifa de energia dos consumidores livres e regulados poderá bancar cerca de R\$ 621 bilhões em subsídios e benefícios setoriais anunciados em 2024.

A cifra central, cerca de R\$ 545 bilhões em 25 anos, foi calculada a partir das emendas inseridas no projeto de lei que estabelece o marco regulatório para produção de energia eólica em alto-mar.

O texto foi encaminhado à sanção presidencial com temas alheios à matéria central, incluindo a contratação de térmicas a gás natural e de usinas a carvão mineral. O setor espera veto do governo às emendas.

O cálculo feito pela FNCE também considera ações do Executivo, como as flexibilizações previstas em medida provisória para a recuperação da Amazonas Energia, ao longo de 15 anos.

A Justiça Federal do Amazonas obrigou a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a aprovar o plano de transferência da Amazonas Energia para a Ambar Energia, com custo de R\$ 14 bilhões.

A FNCE aponta R\$ 50 bilhões em impacto na tarifa em 25 anos, com a prorrogação do acesso dos investidores de renováveis a subsídios, bem como um montante aproximado de R\$ 12 bilhões como a manu-

tenção da tarifa de Itaipu em US\$ 16,7 por quilowatt ao longo de três anos, quando, segundo a entidade, a tarifa poderia ficar em US\$ 11.

Subsidiômetro – Somente em 2024, os consumidores de energia elétrica pagaram R\$ 40,9 bilhões em subsídios em 2024, o equivalente a uma alta de 1,49%, ante o ano anterior, de R\$ 40,3 bilhões, segundo o "subsidiômetro" da Aneel.

Consignado: nº de queixas bate 5 milhões

Por Marcello Sigwalt

Oferta de crédito consignado? Por favor, não me perturbe! A reação indignada foi repetida por, pelo menos, 5 milhões de pessoas que inseriram sua reclamação na plataforma 'Não me Perturbe', devido ao insistente e desagradável assédio de operadores, de financeiras privadas, oferecendo recursos, por meio do consignado.

Criada com o propósito de aprimorar a oferta do crédito consignado aos consumidores, mas também combater práticas abusivas de bancos e seus pares, a plataforma integra o pacote de Autorregulação das instituições financeiras, em vigência desde 2020.

Somente entre 2 de janeiro e 31 de outubro de 2024, o serviço contabilizou 4.961.098 solicitações de bloqueios de telefone, devido à recepção de ligações indesejáveis para ofer-



Reprodução site gazzconecta

Sanções não detêm insistência de operadoras de telemarketing

ta de crédito consignado, conforme divulgaram, na última sexta-feira (3), a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e ABBC (Associação Brasileira de Bancos).

De acordo com o estudo, a maior parte dos pedidos de bloqueio dos telefones

(2.646.901) correspondeu a cidades do Sudeste (53,35%), seguido pelo Sul (18,70%, 927.537 pedidos); Nordeste (14,63% de 725.807 pedidos) e Centro-Oeste e Norte (9,68% de 480.021 pedidos e 3,64% e 180.832 pedidos), respectivamente. Por estados,

São Paulo lidera as queixas, com 1.485.456 pedidos de bloqueio, seguido por Minas Gerais (556.983) e Rio de Janeiro (504.221).

Em viés descendente, o volume de reclamações pela plataforma 'ConsumidorGovBr' baixou de 56.832, em 2023 (de janeiro a novembro), para 34.040, em igual período do ano passado, uma redução de 40%.

Em cinco anos de autorregulação – que conta com a participação de 69 instituições financeiras, que respondem por 99% do crédito consignado – foram adotadas 1.382 medidas administrativas, 646 advertências, 736 suspensões temporárias e 53 suspensões definitivas.

Somente em 2024, foram 80 medidas administrativas, entre advertências (46), suspensões temporárias (34) e definitivas (5). As sanções incluem multas de R\$ 45 mil a R\$ 1 milhão.

Busca por crédito aumenta pelo 2º mês

A procura por financiamento no Brasil cresceu pelo segundo mês consecutivo na comparação interanual. Índice Neurotech de Demanda por Crédito (INDC) registrou alta de 12% em novembro de 2024 em relação ao mesmo mês de 2023. No confronto com outubro do ano passado, contudo, o indicador que mede mensalmente o número de solicitações de financiamentos nos segmentos de va-

rejo, bancos e serviços no País teve queda de 2%.

O avanço em outubro e novembro em 2024 ante um ano atrás não acontecia desde junho de 2023, diz Natália Heimann, líder da Business Unit de Dados & Analytics para Crédito da Neurotech e responsável pelo indicador.

O crescimento do INDC na comparação interanual foi puxado por Serviços e Bancos (e outras instituições financeiras),

que apresentaram expansão de 30% e 18%, respectivamente. Já o Varejo registrou recuo de 1% no período, mas não foi suficiente para travar o bom momento registrado pelo indicador.

"Mesmo em um momento ainda de recuperação da economia brasileira, observamos um comportamento mais otimista entre os consumidores e, conseqüentemente, mais animador para a oferta de crédito", afirma Heimann.

A expansão do INDC no penúltimo mês do ano passado em relação a novembro de 2023 reflete em parte os efeitos da Black Friday, que incentiva o consumo especialmente no varejo, e tem grande influência positiva, conforme a executiva da Neurotech.

"Novembro já se tornou um mês atípico com a consolidação desse tradicional período de descontos e ofertas atraentes no Brasil", avalia Heimann,